

# Diário do Legislativo de 29/03/2006

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

### LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

### LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

### LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Márcio Kangussu

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jésus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente  
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Dinis BPSB  
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo  
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB  
Barbosa

Deputado Paulo BPSB  
César

Deputada Maria BPSB  
Olívia

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PcdoB

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente  
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente  
Rezende B

Deputada Ana BPSP  
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado J3sus PT/PCdo  
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jos3 PMDB  
Henrique

Deputado Roberto PT/PcdoB  
Carvalho

Deputado Djalma PPS  
Diniz

Deputado Sebastião PPS  
Costa

Deputada Cec3lia PT/PcdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente  
Gilberto Abramo

Deputado PPS  
Sebastião Costa

Deputado BPSP  
Ermano Batista

Deputado PT/PCdo  
Adelmo Carneiro B  
Leão

Deputado PP  
George Hilton

Deputado PFL  
Gustavo Corr3a

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Marlos PPS  
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PcdoB  
Lara

Deputado Roberto BPSP  
Ramos

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente  
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB  
Rocha B

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputada Lúcia BPSP  
Pacífico

Deputado André PT/PcdoB  
Quintão

Deputado José PMDB  
Henrique

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente  
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente  
Pacífico

Deputado João BPSP  
Leite

Deputado Jésus PT/PCd  
Lima oB

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

Deputado Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Padre PT/PcdoB  
João

Deputado Célio BPSP  
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente  
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputado Zé BPSP  
Maia

Deputado Paulo BPSP  
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PcdoB

Deputado Antônio BPSP  
Genaro

Deputado Dilzon BPSP  
Melo

Deputado Ermano BPSP  
Batista

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente  
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado BPSP  
Leonídio Bouças

Deputado Biel PT/PCdo  
Rocha B

Deputado Paulo PPS  
Piau

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP  
Martini

Deputado Weliton PT/PcdoB  
Prado

Deputado Gil Pereira PP

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado BPSP  
Sebastião  
Helvécio

Deputado BPSP  
Ermano Batista

Deputada Elisa PT/PCdo  
Costa B

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Dilzon BPSP  
Melo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto BPSP  
Carneiro

Deputado Irani Barbosa BPSP

Deputado André Quintão PT/PcdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente  
Laudelino B  
Augusto

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente  
Ronaldo

Deputado João BPSP  
Leite

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

Deputado Márcio PPS  
Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PcdoB  
Gomes

Deputado Alencar da BPSP  
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSP  
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

Deputado Dimas PP  
Fabiano

## COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 11 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente  
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente  
Milton

Deputado Miguel BPSP  
Martini

Deputado André PT/PCdo  
Quintão B

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PcdoB  
Augusto

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PcdoB

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

## COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/Pcdo Presidente  
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente  
Fernandes

Deputado Gil PP  
Pereira

Deputado Luiz BPSP  
Humberto Carneiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

### MEMBROS SUPLENTE:



Deputada Maria Tereza PT/PcdoB  
Lara

Deputado Olinto Godinho BPS

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Ronaldo Doutor BPS

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente  
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado Ricardo PT/PCdo  
Duarte B

Deputado PP  
Pinduca Ferreira

Deputada BPS  
Vanessa Lucas

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPS  
Olívia

Deputado Ronaldo Doutor BPS

Deputado Durval PT/PcdoB  
Ângelo

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputado BPS  
Domingos Sávio

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente  
Adelmo Carneiro B  
Leão

Deputado Carlos BPSB Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB  
Rezende

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente  
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente  
Leonardo Moreira

Deputado BPSP  
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB  
Weliton Prado B

Deputado PMDB  
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB  
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Alencar da  
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente  
Costa B

Deputado Irani BPSB  
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo  
Moraes B

Deputado PFL  
Gustavo  
Valadares

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSB

Deputado André PT/PcdoB  
Quintão

Deputada Ana Maria BPSB  
Resende

Deputado Carlos PT/PcdoB  
Gomes

Deputado Paulo César BPSB

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSB Presidente  
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado PT/PCdo  
Roberto Carvalho B

Deputado Dimas PP  
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Márcio PPS  
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PcdoB  
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSP Presidente  
César

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente  
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo  
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP  
Olívia

Deputado Leonídio BPSP  
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PcdoB

Deputado Durval PT/PcdoB  
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP  
Lucas

Deputado Doutor PFL  
Viana

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Luiz Humberto BPSP  
Carneiro

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Dilzon Melo      BPSP

Deputado Padre João      PT/Pcdo  
B

Deputado Antônio Júlio      PMDB

Deputado                  Gustavo PFL  
Valadares

Deputado Gil Pereira      PP

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim Sawan      BPSP

Deputado Dalmo Ribeiro BPSP  
Silva

Deputada Carlos Pimenta      BPSP

Deputado Durval Ângelo      PT/PcdoB

Deputada Ivair Nogueira      PMDB

Deputado Gustavo Corrêa      PFL

Deputado George Hilton      PP

#### OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Biel Rocha

#### SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## RESOLUÇÃO

Resolução Nº 5.248, de 24 de março de 2006.

Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica aprovada, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de março de 2006, 218º da Inconfidência Mineira e 185º da Independência do Brasil.

Deputado Mauri Torres – Presidente

Deputado Antônio Andrade – 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria – 2º-Secretário

## Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº 5.248 , de 24 de março de 2006)

Número do Requerente	Lugar	Município	Área(ha)
1 Manuel Freitas de Lima	Fazenda Mato Grosso	Rio Pardo de Minas	132,8640
2 Manoel Mendes de Oliveira	Fazenda Furna	Vargem Grande do Rio Pardo	146,0169
3 Júlio José da Silva	Fazenda Peri-Peri	Santo Antônio do Retiro	115,0939
4 José Maurício Filho	Fazenda Curral Novo	Santo Antônio do Retiro	166,9767
5 José Maria Brito	Fazenda Imbirçu	Rio Pardo de Minas	127,0594
6 José Alves Martins	Fazenda Casquilho	Rio Pardo de Minas	103,4805
7 Israel Cardoso de Freitas	Fazenda Cumprido	Guarda-Mor	104,6905
8 Gildécio Cardoso	Fazenda Traíra	Rio Pardo de Minas	161,1331
9 Espólio de Maria Rosa de Melo	Fazenda Malhadinha	Rio Pardo de Minas	105,9245
10 Espólios de José dos Santos e de Ana Joaquina do Nascimento	Fazenda Vereda do Curisco	Rio Pardo de Minas	135,6209

## ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 21/3/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Marlos Fernandes e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Padre João, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marlos Fernandes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Resolução nºs 1.837/2004 e 2.285/2005 (relator: Deputado Padre João). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Viana em que solicita audiência pública na cidade de Piumhi para debater a situação dos produtores de queijo e laticínios da região; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião da

Comissão para que os convidados exponham a respeito da qualidade do café produzido no Município de Carmo de Minas, o qual foi reconhecido como o melhor café do País, e para que se discutam, também, as ações que poderão ser desenvolvidas para a expansão da tecnologia aplicada nessa cultura; e Weliton Prado em que solicita audiência pública para se debaterem os impactos do avanço, pelo mundo, de surtos de gripe aviária, na produção e no mercado de carne de aves do Estado de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2006.

Marlos Fernandes, Presidente - Doutor Viana - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 21/3/2006

Às 15h29min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados José Henrique, Adalclever Lopes e Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.796/2005, na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Fahim Sawan); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.920/2006 (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição); e 3.005/2006 (relator: Deputado Fahim Sawan). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.915 e 2.916/2006, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Sargento Rodrigues (em virtude de redistribuição) e Fahim Sawan. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado pedido de investigação ao Comandante-Geral da PMMG e ao Ministério Público a respeito da denúncia encaminhada pela Associação dos Praças do Nordeste Mineiro - APNM - contra o 1º-Ten. Welvisson Gomes Brandão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2006.

Fahim Sawan, Presidente - Sargento Rodrigues - Antônio Júlio - Gustavo Valadares - Ricardo Duarte.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 22/3/2006

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Olívia e os Deputados Paulo Cesar, Carlos Gomes e Biel Rocha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.625/2004, no 1º turno, é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.993, 6.159 e 6.169/2006. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Roberto Carvalho, em que solicita audiência pública no Município de Santo Antônio do Itambé para debater o desenvolvimento do turismo na região do Alto Jequitinhonha. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2006.

Paulo Cesar, Presidente - Carlos Gomes - Carlos Pimenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 23/3/2006

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Bom Despacho os Deputados Zé Maia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar levantamento regional sobre a segurança pública na região de Bom Despacho a fim de se obter um diagnóstico da situação no Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Cel. PM Oranício Mendes, Secretário Municipal de Administração, representando o Sr. Haroldo de Souza Queiroz, Prefeito Municipal de Bom Despacho; Vereador Marcos Fidelis Campos, Presidente da Câmara Municipal de Bom Despacho; Vereador Valério de Souza Mendes, de Monte Alegre; Vereadores Ailton José de Assis, Ernani Xavier, Marcelo Mário Lúcio dos Santos, Carlos Roberto Couto, Joaquim Antônio de Souza, de Bom Despacho; Vereador José Agenor da Silva, de Arcos; Samuel Feitosa, Diretor da Cadeia Pública do Município de Bom Despacho; Lindon Batista Neves, Delegado da 28ª Delegacia Regional da Polícia Civil; Cel. PM Gentil Alberto de Menezes e Ten.-Cel. PM Alcides Raimundo da Silva, respectivamente, Comandantes da 2ª Região e do 7º Batalhão da PMMG; e Sebastião Gontijo dos Santos, Presidente da Associação dos Bairros São Vicente e Aeroporto I e II, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2006.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Sargento Rodrigues - Weliton Prado.

## MATÉRIA VOTADA

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei nºs 324/2003, do Deputado Leonardo Quintão, 774/2003, do Deputado Dilzon Melo, 1.313/2003, do Deputado Adalclever Lopes, 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, e 2.540/2005, do Governador do Estado.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 29/3/2006

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.814, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao inciso III do art. 4º e pela rejeição do veto ao art. 5º e aos incisos III e VII do art. 6º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.870, que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao inciso VIII e parágrafo único do art. 4º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.872, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis; 4.747, de 9/5/68, que dispõe sobre a cobrança de taxas estaduais; 11.403, de 21/1/94, que reorganiza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, e 10.992, de 29/12/92, que estabelece tratamento tributário diferenciado e simplificado para o microprodutor rural e para o produtor rural de pequeno porte, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.882, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2006. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.810, que altera a Lei nº 15.394, de 6/10/2004, que torna obrigatório o exame de fundo de olho em recém-nascidos no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.798, que dá nova redação ao inciso XVII do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.837/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.285/2005, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.796/2005, da Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado, nos termos do art. 37, inciso XI, c/c art. 93, inciso V, da Constituição Federal. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.357/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia ou contragarantia à Cemig e às suas subsidiárias integrais, mediante alteração da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.625/2004, do Deputado George Hilton, que acrescenta parágrafo único ao art.5º da Lei nº 11.393, de 6/1/94 com alterações da Lei nº 12.281, de 31/7/96, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização - Find - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.904/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hipertermia Maligna no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização periódica de assepsia nos tanques de areia utilizados pelos clubes, parques e estabelecimentos de ensino públicos e particulares nas atividades esportivas ou de recreação no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2006, do Governador do Estado, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2006, do Governador do Estado, que modifica a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, do Ipsemg -, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas na administração direta do Poder Executivo, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, e com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.920/2006, do Governador do Estado, que altera o art. 8º da Lei nº 9.266, de 18/9/86, e o Anexo XLII da Lei Delegada nº 39, de 3/4/98. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.005/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, quer reestrutura a remuneração do pessoal da PMMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.063/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 29/3/2006

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.160/2006, do Deputado Jayro Lessa; 6.226/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.227/2006, do Deputado Gustavo Valadares; e 6.268/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Debater em audiência pública, com convidados cujos nomes constam na pauta, o seqüestro de recurso de contas bancárias municipais pelo Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 29/3/2006

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.005 e 3.063/2006, do Governador do Estado; 2.643/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 242/2003, do Deputado Paulo Piau; 676/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 2.336/2005, do Deputado

Alencar da Silveira Jr; 2.632/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.433/2005, do Deputado Sebastião Costa; 2.637 e 2.675/2005, do Deputado George Hilton; 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia; 3.006/2006, do Tribunal de Contas.

Em turno único: Mensagens nºs 515 a 532/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.238/2006, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 29/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.185 a 6.190/2006, do Deputado Dimas Fabiano.

Realização de discussão, em audiência pública, sobre a política de preços e distribuição dos combustíveis para veículos automotores, com diversos convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 29/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.117/2006, do Deputado Gustavo Corrêa; 6.140/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.158 e 6.225/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.200/2006, da Deputada Ana Maria Resende; e 6.270/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 29/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 11 horas do dia 30/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 29/3/2006, destinadas, ambas, I, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 16.798, que dá nova redação ao inciso XVII do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências; 16.810, que altera a Lei nº 15.394, de 6/10/2004, que torna obrigatório o exame de fundo de olho em recém-nascidos no Estado; 16.814, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências; 16.870, que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais; 16.872, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais; 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis; 4.747, de 9/5/68, que dispõe sobre a cobrança de taxas estaduais; 11.403, de 21/1/94, que reorganiza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, e 10.992, de 29/12/92, que estabelece tratamento tributário diferenciado e simplificado para o microprodutor rural e para o produtor rural de pequeno porte, e dá outras providências; e 16.882, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2006; dos Projetos de Resolução nºs 1.837/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; e 2.285/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 1.625/2004, do Deputado George Hilton, que acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 11.393, de 6/1/94 com alterações da Lei nº 12.281, de 31/7/96, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização e dá outras providências; 1.904/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hipertensão Maligna no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização periódica de assepsia nos tanques de areia utilizados pelos clubes, parques e estabelecimentos de ensino públicos e particulares nas atividades esportivas ou de recreação no Estado; 2.357/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia ou contragarantia à Cemig e às suas subsidiárias integrais, mediante alteração da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências; 2.796/2005, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público, nos termos do art. 37, inciso XI, c/c art. 93, inciso V, da Constituição Federal; 2.915/2006, do Governador do Estado, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências; 2.916/2006, do Governador do Estado, que modifica a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, do Ipsemg, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas na administração direta do Poder Executivo, e dá outras providências; 2.920/2006, do Governador do Estado, que altera o art. 8º da Lei nº 9.266, de 18/9/86, e o Anexo XLII da Lei Delegada nº 39, de 3/4/98; 3.005/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da PMMG; e 3.063/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de março de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 96/2006

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Dimas Fabiano, João Leite e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 28 de março de 2006.

Sebastião Costa, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, George Hilton, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2006, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.680/2005, do Deputado Carlos Gomes, dos Projetos de Lei nºs 2.752/2005, 2.919, 2.953, 3.004, 3.010 e 3.020/2006, do Governador do Estado, do Projeto de Lei nº 2.784/2005, do Deputado Zé Maia, do Projeto de Lei nº 2.913/2005, do Deputado Ricardo Duarte, dos Projetos de Lei nºs 2.924 e 2.925/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr., do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, do Projeto de Lei nº 2.947/2006, do Deputado Sávio Souza Cruz, do Projeto de Lei nº 3.013/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, de se discutirem e votarem, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.903/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, os Projetos de Lei nºs 2.013/2004, 3.029 e 3.030/2006, do Deputado Alberto Pinto Coelho, o Projeto de Lei nº 2.594/2005, do Deputado Ricardo Duarte, os Projetos de Lei nºs 2.838/2005 e 3.016/2006, do Deputado Laudelino Augusto, o Projeto de Lei nº 2.852/2005, do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 2.860/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, o Projeto de Lei nº 2.951/2006, do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.988/2006, da Deputada Maria Olívia, os Projetos de Lei nºs 3.021 e 3.022/2006, do Deputado Antônio Andrade, o Projeto de Lei nº 3.023/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Projeto de Lei nº 3.024/2006, do Deputado Dilzon Melo, o Projeto de Lei nº 3.032/2006, do Deputado Arlen Santiago, o Projeto de Lei nº 3.033/2006, do Deputado Doutor Viana, o Projeto de Lei nº 3.036/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o Projeto de Lei nº 3.038/2006, do Deputado Mauri Torres, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de março de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Dimas Fabiano, Olinto Godinho e Roberto Carvalho, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Leonardo Quintão, Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para a reunião a ser realizada em 29/3/2006, às 15 horas,

na Sala das Comissões, com a finalidade de debater com convidados, em audiência pública, a construção do aeroporto de Itajubá e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de março de 2006.

Célio Moreira, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.407/2005

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Quintão, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a entidade denominada Mulheres em União - Centro de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa tem por objetivos o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida, resgate e consolidação da cidadania da mulher, da adolescente e das afro-descendentes. Exerce papel de relevância no controle social, no monitoramento e acompanhamento de toda e qualquer agressão contra mulheres, particularmente, a violação de seus direitos, a discriminação racial, a violência sexual e de gênero. Fomenta a realização de cursos de qualificação profissional; luta contra o trabalho infantil; atua na promoção da saúde e geração de trabalho.

A instituição assessora entidades, grupos e cooperativas diversas que têm objetivos comuns ao seu propósito; fornece gratuitamente assistência social e tratamento psicológico às associadas e familiares. Oferece cursos, oficinas e palestras; elabora material educativo sobre os direitos humanos em todos os campos sociais e dá instrução sobre raça e etnia.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.407/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 28 de março de 2006.

Paulo Cesar, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.827/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.827/2005, de autoria do Deputado Ermano Batista, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, com sede no Município de Sabinópolis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.827/2005

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, com sede no Município de Sabinópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, com sede no Município de Sabinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de março de 2006.

Djalma Diniz, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Vanessa Lucas.

Parecer sobre o Requerimento Nº 6.148/2006

Mesa da Assembléia

## Relatório

O Deputado Fábio Avelar, por meio da proposição em exame, solicita ao Presidente da Assembléia Legislativa seja encaminhada à Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – pedido de informações a respeito do cumprimento, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH –, das deliberações do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – feitas na reunião da Câmara de Atividade de Infra-estrutura, realizada em 9/12/2005, que dizem respeito à Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS –, situada na BR-040.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 11/3/2006, a matéria vem à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

## Fundamentação

A Central de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRS –, situada em uma área de 140ha junto à BR-040 e operada pela PBH desde 1975, vem sendo objeto de grande preocupação e debates por não ter mais capacidade para receber resíduos, pois seu aterro sanitário está prestes a atingir a altura máxima de projeto – cota 930m – e, no momento, não há outro local preparado para receber o lixo recolhido na capital mineira. Como consequência, a PBH, por meio do Processo Administrativo nº 367/1996/003/2005, solicitou ao Copam autorização para ampliar a capacidade de disposição de resíduos desse aterro, com o intuito de prolongar a sua operação por mais alguns anos.

O Copam, por meio de sua Câmara de Atividades de Infra-Estrutura, ao analisar o referido processo no dia 9/12/2005, considerou a situação atual do aterro como estado de calamidade e deliberou sobre várias medidas a serem cumpridas pela PBH. O requerimento em tela pretende justamente permitir que esta Casa, que tem acompanhado o desenrolar dos fatos relativos ao CTRS por meio da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, obtenha informações acerca do cumprimento de duas dessas medidas, quais sejam:

se a PBH, tempestivamente, apresentou a complementação de informações técnicas para que a Feam possa finalizar a análise da proposta de ampliação da CTRS;

se a PBH apresentou documento assumindo toda a responsabilidade como empreendedor por quaisquer danos decorrentes de eventos relativos à estabilidade do maciço de resíduos da CTRS.

Consideramos a situação extremamente delicada, pois a falta de planejamento e investimento adequados em Belo Horizonte fez com que a cidade tenha hoje apenas aquele aterro sanitário – já em fase final de preenchimento – como opção para a destinação de seus resíduos sólidos. A possível autorização do Copam para a ampliação desse aterro implica maiores riscos de deslizamentos e de danos à saúde da população residente nos bairros próximos. Por outro lado, a não-autorização ensejará um impasse, pois não há outro local devidamente preparado para receber o lixo da Capital. Assim, é imprescindível o envio a esta Casa dos documentos solicitados, para o devido acompanhamento do problema.

Do mesmo autor, Deputado Fábio Avelar, tramita nesta Casa o Requerimento nº 6.149/2006, o qual também solicita informações à Feam sobre o cumprimento, pela PBH, de novas deliberações tomadas pelo Copam, no dia 16/12/2006, a respeito do mesmo aterro sanitário. Com o intuito de promover celeridade e economia processual em nossos trabalhos e, diante da urgência que o caso requer, estamos apresentando o Substitutivo nº 1 ao final deste parecer, incorporando em seu texto a matéria desse outro requerimento.

No tocante à iniciativa, a proposição em pauta ampara-se na Constituição Estadual, cujo § 3º do art. 54 confere à Assembléia Legislativa a competência de encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta. De acordo com o mesmo dispositivo, a recusa, o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

## Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 6.148/2006, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

## SUBSTITUTIVO Nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja encaminhado ofício ao Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, solicitando que informe, a respeito das deliberações do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, nas reuniões da Câmara de Atividade de Infra-estrutura realizadas nos dias 9 e 16 de dezembro de 2005, o seguinte:

1) reunião de 9/12/2005 - processo nº 367/1996/003/2005:

a) se a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – apresentou a complementação de informações técnicas, até 15/12/2005, para finalização da análise, pela Feam, da proposta de ampliação da CTRS da BR-040;

b) se a PBH apresentou documento assumindo toda a responsabilidade como empreendedor por quaisquer danos decorrentes de eventos relativos à estabilidade do maciço de resíduos da CTRS da BR-040;

2) reunião de 16/12/2005 - processo nº 367/1996/002/2002:

a) se a PBH protocola quinzenalmente, na Feam, o resultado do monitoramento semanal da ocupação da célula de cota 930m;

b) se a PBH apresentou, até fevereiro de 2006, a revisão do Plano de Encerramento e o detalhamento do uso da área do aterro da CTRS da BR-040, após o término da vida útil;

c) se a PBH apresentou a revisão do Plano de Monitoramento, por período mínimo de 20 anos após o término da vida útil, quanto à qualidade das águas subterrânea e superficial e quanto à estabilidade do maciço.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de março de 2006.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

14ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 22/3/2006

O Deputado Jayro Lessa\* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; telespectadores da TV Assembléia; venho hoje a esta tribuna para manifestar minha intenção e objetivo de trabalhar para que os projetos de interesse coletivo idealizados por membros desta Casa e da população do nosso Estado sejam priorizados.

Na última semana, verifiquei que uma emenda parlamentar de minha autoria estaria atrapalhando o trâmite de uma importante proposta de emenda desta Casa. Refiro-me ao andamento das votações do fim do pagamento de adicionais e da diminuição do recesso parlamentar de 90 para 55 dias. Quero aqui, de público, manifestar meu apoio a esse projeto do Deputado Ivair Nogueira, importante para agilizar as pendências que a Assembléia tem em virtude do altíssimo volume de projetos e matérias que aqui são apreciados.

Pois bem, como muitos devem saber, apresentei uma emenda propondo o fim da reeleição da Mesa deste Legislativo, do qual faço parte. Alguns aqui e em casa devem se lembrar da minha luta para que a reeleição da Mesa não ocorresse, mas foi em vão. Gosto de frisar que não tinha, e não tenho, nada contra os membros da Mesa. Pelo contrário, tenho respeito e grande admiração por todos; porém acredito que a reeleição seja nociva a esta Casa, onde tenho a honra de ocupar uma cadeira, como também ao País.

Penso que o poder, perpetuado por toda uma legislatura, causa vícios inerentes à atuação e ao exercício das funções. Sempre fui da opinião de que, tanto no Executivo quanto na direção de casas legislativas, o primeiro mandato é sempre melhor do que o segundo, já que as idéias são novas e ainda não foram contaminadas pelas práticas constantes do poder.

Diante dessa percepção, no final de 2004, tentei impedir a reeleição da Mesa da Assembléia. Entretanto, isso não foi possível, e aí está a Mesa reeleita, com suas mazelas, mas também com suas virtudes.

Então, em mais uma tentativa de impedir a reeleição, apresentei uma emenda que propunha definitivamente a impossibilidade de membros da Mesa se candidatarem ao mesmo cargo na mesma legislatura.

De fato, tenho a convicção de que muitos na Assembléia, como grande parte dos mineiros, concordam com a minha ação. Pude constatar essa minha afirmativa por meio de inúmeras mensagens que recebi apoiando a minha medida.

Confesso-lhes que não tinha a intenção nem tampouco imaginava que a emenda de minha autoria atrasaria a votação da redução do recesso e do fim de pagamentos adicionais. Então, apenas a apresentei no momento que entendi oportuno. Depois constatei que a mídia havia cometido alguns erros de interpretação, apesar de sempre frisar que desejava que as duas fossem votadas o mais rápido possível, dado o meu apoio às duas ações. Todavia não fui compreendido na integralidade. Os erros de se acreditar que tinha apresentado a emenda do fim da reeleição com a intenção de atrasar a votação da proposta de emenda à Constituição sobre a diminuição do recesso e o pagamento de adicionais continuaram. Por isso venho frisar a minha real intenção de que o fim do recesso de 90 dias seja votado o mais breve possível.

Para que não recaia sobre mim o peso de estar atrapalhando o andamento desse importante projeto, desejo informar que, logo após a minha fala, retirei a minha emenda. Peço que os mais de 30 parlamentares que assinaram o apoio retirem também as suas assinaturas.

Após a votação da proposta de emenda à Constituição sobre a diminuição do recesso, apresentaremos novamente outro projeto de emenda à Constituição, solicitando o fim da reeleição. Farei isso, pois entendo que esse projeto somente terá validade após 2008, quando poderá haver tentativa de reeleição da Mesa, causando, mais uma vez, grande mal a esta Casa Legislativa se vier a acontecer.

Para finalizar, mais uma vez, desejo manifestar o meu apoio ao projeto que propõe a diminuição do recesso parlamentar e o fim do pagamento de adicionais, importante para dar fôlego e respeitabilidade a esta Casa, que tão bem tem representado os mineiros e o Brasil. Muito obrigado, senhores parlamentares.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde. Estou apresentando uma emenda, que acrescenta ao Projeto de Lei nº 3.005/2006, que altera a Lei Delegada nº 37 de 13/1/89, em que se reestrutura a remuneração pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais para conceder o auxílio-fardamento, o seguinte artigo: "O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até o dia 30/5/2006, o projeto de lei instituindo a gratificação de periculosidade em percentual não inferior a 25% da remuneração aos integrantes das carreiras da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil, do Agente de Segurança Penitenciário e do Agente de Segurança Socioeducativo".

É muito importante o Estado de Minas Gerais reconhecer, por direito, o auxílio-periculosidade para os agentes de segurança pública do Estado de Minas Gerais. Isso está, aliás, previsto na Constituição. Estamos apresentando uma emenda muito justa que irá garantir que o Poder Executivo assuma essa responsabilidade de enviar à Assembléia Legislativa, no máximo até o dia 30/5/2006, o projeto de lei instituindo a gratificação de periculosidade em percentual não inferior a 25%.

Os carteiros têm o auxílio-periculosidade, o que é muito justo. Lutamos para que haja uma mudança nas gratificações dessa categoria tão importante. Se os carteiros têm esse auxílio, outros profissionais também devem tê-lo. Durante a gestão do Governador Aécio Neves, foram mais 142 policiais militares mortos, e esse direito não lhes é garantido. Se não houver algum convênio com o poder público municipal, a Polícia Militar não funciona, pois está sem equipamento, sem condições de trabalhar. As forças de segurança pública do Estado praticamente não têm nenhuma atividade. Somente por meio dos convênios realizados pela Prefeitura, a polícia consegue colocar gasolina nas viaturas, garantir a manutenção dos veículos, pagar aluguel, contas de luz e água. O poder público municipal até mesmo cede funcionários para cartórios eleitorais e demais órgãos do Estado. Os Prefeitos já não agüentam assumir tantas responsabilidades. É importante que a polícia não tenha sua força nem sua autoridade fragilizadas devido a essa relação com o poder público municipal. As parcerias são fundamentais, mas não podem atrapalhar a autonomia e a independência da Polícia Militar, da Polícia Civil, dos Agentes Penitenciários e do Corpo de Bombeiros.

A justificativa é muito clara. As profissões de policial civil, de policial militar, de Bombeiro Militar, de Agente de Segurança Penitenciária e de Agente de Segurança Socioeducativa são típicas profissões de risco. São atividades perigosas; portanto, fazem seus ocupantes jus ao adicional de periculosidade definido nos termos da Constituição Federal.

A justificação é muito clara: As profissões de Policial Civil e Militar, de Bombeiro Militar, de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo são típicas como profissões de risco, perigosas; portanto seus ocupantes fazem jus ao adicional de periculosidade definido nos termos da Constituição Federal". Isso está garantido na Constituição, no art. 7º: "Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei".

A Constituição Estadual de Minas Gerais também já assegura a gratificação por periculosidade aos servidores civis e militares do Estado: "Art. 31: Fica assegurado ao servidor público civil o direito a adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas". A redação é dada pelo § 3º da Emenda à Constituição nº 57, de 15/7/2003: "Aplica-se ao militar o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 31; nos §§ 4º, 5º, 6º e 7º do art. 36 e nos incisos VI, VIII, XII, XVII, XVIII e XIX desta Constituição". Parágrafo com a redação dada pelo art. 2º da Emenda à Constituição nº 57; contudo esses dispositivos não estão regulamentados; por isso os agentes públicos da área de segurança injustamente não percebem, a gratificação por atividades perigosas.

Diversos Estados da Federação, como o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, o Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, reconhecem, de fato e de direito, a gratificação por periculosidade aos profissionais da segurança pública, em percentual que chega a 230% da remuneração. Em Minas Gerais, isso não ocorre, apesar de estar na legislação.

Não resta dúvida, portanto, da juridicidade, da legalidade ou da constitucionalidade de tal dispositivo, que visa a reparar a injustiça cometida contra os servidores das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

Além disso, durante a greve dos policiais civis e militares de junho de 2004, foi acordado entre as lideranças dos grevistas e as do governo, a concessão do adicional de periculosidade, que entretanto foi vetada pelo Governador Aécio Neves, em face da negociação de uma nova proposta de reajuste. Lembro aqui que acordo firmado tem que ser cumprido, a palavra empenhada tem que ser garantida. Infelizmente, o governo roeu a corda e não cumpriu o que prometeu.

Queremos aproveitar a tramitação do projeto que assegura auxílio-fardamento aos profissionais da segurança pública do Estado, para determinar prazo, a fim de que o Poder Executivo encaminhe à Assembléia Legislativa esse projeto de lei, com vistas a melhorar a remuneração das categorias do grupo de defesa social do Estado de Minas Gerais, razão pela qual a gratificação de pelo menos 25% é mais do que necessária.

Solicito o apoio de todos os colegas desta Casa. Vamos votar um projeto importante - o auxílio-fardamento - e apresentamos uma emenda para garantir ao governo um prazo para encaminhar a esta Casa o projeto que garante o auxílio-periculosidade aos agentes de segurança pública do Estado.

Também estou apresentando, de acordo com o Regimento Interno, uma solicitação para a instalação de uma Comissão Especial sobre o transporte público nas suas diversas modalidades: trens, metrô, ônibus interestaduais, intermunicipais e urbanos, fretamento de passageiros e transportes não motorizados, com os objetivos de debater o caráter público do serviço de transporte de passageiros, elaborando um diagnóstico dessa situação no Estado, estudar e propor medidas com todos os segmentos interessados, para que resultem na redução do valor das tarifas.

Isso é muito importante. Não podemos ficar com essa demagogia e publicidade. Não concordo com a posição do governo do Estado, por meio do DER, e da administração municipal.

A Prefeitura de Belo Horizonte divulgou que, na segunda viagem, o usuário paga apenas meia tarifa. Na verdade, ele paga uma tarifa e meia, enquanto, em todas as cidades, existe o transporte integrado.

Belo Horizonte é a única cidade que cobra uma tarifa e meia. Em Uberlândia, há o transporte integrado, onde a população se utiliza do segundo veículo, indo para outra região e pagando apenas uma tarifa. Nos demais Estados, como Goiânia, São Paulo, também é assim. Somente em Belo Horizonte é que se inventou de pagar uma tarifa e meia, o que não concordamos. Deve-se unificar, pois o cidadão tem o direito de pagar tarifa única para circular em toda a cidade.

Outro ponto que abordarei é que, em Belo Horizonte, ainda não há o meio-passe para estudantes. Aliás, participarei de uma grande manifestação a ser realizada hoje, no Centro de Belo Horizonte.

O terceiro ponto é sugerir mudanças para a melhoria da qualidade do transporte de passageiros e do acesso para estudantes, idosos e portadores de necessidades especiais. Trata-se de um requerimento que, tenho certeza, será aprovado, tendo em vista a criação dessa comissão especial. É um tema sério, pois milhares de estudantes deixam de ter acesso às escolas, porque não têm condições de pagar o transporte. O mesmo ocorre com a população, pois são tarifas altas, que impedem o trabalhador de chegar à empresa. Com o salário baixo, e cito como exemplo os professores e os servidores do Estado, que têm um piso salarial menor que o salário mínimo - R\$350,00 -, o servidor não consegue assumir todas as suas obrigações, como pagar energia, aluguel e um transporte desse valor. É importante debater o caráter público do serviço de transporte de passageiros e elaborar o diagnóstico dessa situação no Estado. Apresentamos esse requerimento, em que solicitamos a criação de uma comissão especial.

Neste momento, gostaria de parabenizar todas as entidades estudantis da Região Metropolitana, de Nova Lima - inclusive os Vereadores de Nova Lima aqui presentes -, de Betim e de Contagem. Eles aqui se encontravam de forma ordeira e pacífica, protestando e solicitando às autoridades, tanto do governo do Estado quanto do poder público municipal, a garantia do passe-livre para os estudantes, e isso em caráter imediato.

Aproveito para parabenizar os estudantes, que, de forma resistente, também protestaram em Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia. Isso é fundamental. A juventude tem a capacidade de se indignar, sair às ruas e lutar pelos direitos. Se ficarmos calados, infelizmente os poucos direitos que temos irão por água abaixo.

Falando em direitos, quero falar da ditadura de duas resoluções implementadas pela Secretaria de Educação, que começaram a ter validade: são elas a de nº 716 e a de nº 753.

As duas resoluções causaram indignação aos servidores e aos professores do Estado de Minas Gerais, principalmente os de Educação Física, uma vez que ficam reduzidas, de duas aulas para apenas uma, por semana, as atividades de educação física para as crianças dos primeiros anos do ensino fundamental. Antes, eram duas aulas por semana, mas agora será apenas uma aula. Somente poderá ser realizada a atividade de educação física no turno da noite, em escolas onde não houver professor efetivo. Então, o que ocorre? Se não houver professor efetivo, o Estado não contrata, e os estudantes do curso noturno do Estado, não tendo o professor, ficam sem as atividades de Educação Física. Para crianças que tinham duas aulas de Educação Física por semana, houve uma redução de 50%, isto é, apenas uma aula por semana. É justamente nos primeiros anos que a criança necessita de uma formação física adequada, ocasião que se apegam ao esporte e podem mesmo

desenvolver habilidades vocacionadas para competições esportivas. Além disso, todos sabem que a aula de Educação Física é um grande atrativo para as crianças, porque envolve atividades lúdicas. Isso é verdade.

Quando eu era criança, chegava na escola mais cedo para jogar bola. As atividades de educação física estimulam o processo de educação. Apresentamos o requerimento à Comissão de Educação, para que essa questão seja discutida em audiência pública, a fim de que o governo do Estado volte atrás e tenha mais sensibilidade antes de editar resoluções sem discutir com os profissionais, com os sindicatos, resoluções goela abaixo, que não podem ser admitidas de maneira alguma.

Ontem participei da II Conferência Estadual do Esporte, quando soube que os participantes irão apresentar uma moção para que as Resoluções nºs 716 e 753 sejam imediatamente canceladas pela Secretaria Estadual de Educação, garantido as aulas de educação física para os alunos do noturno e a volta das duas aulas semanais para os alunos do ensino fundamental, principalmente para as crianças de 1ª à 4ª séries.

Então, estes são os nossos assuntos: a questão da educação física; o requerimento solicitando uma Comissão Especial para debater o transporte público, com o objetivo de diminuir o preço da tarifa e garantir o meio passe; e nossa emenda que garante ao projeto sobre o auxílio-casamento, que tramita na Casa, 60 dias para que o Governador envie o projeto de auxílio-periculosidade para os policiais mineiros.

O Deputado Irani Barbosa\* - Sr. Presidente, há alguns dias, vimos uma pseudolista relativa a Furnas, na qual vários parlamentares desta Casa teriam sido beneficiados com recursos oriundos de uma suposta rede de corrupção naquela empresa para beneficiar vários políticos mineiros.

Sr. Presidente, sempre gostei de resolver algumas questões cara a cara. Porém, pela primeira vez, teremos que fazer uso da Justiça do Estado de Minas Gerais - se é que podemos dizer assim - para processar um parlamentar desta Casa, o qual não tem princípios, escrupulos, honra, ou seja, nada para oferecer à sociedade a não ser rasteira, sordidez, molecagem e a pactuação com o crime, utilizando-se disso para denegrir a imagem de parlamentares dentro do Estado de Minas Gerais. Refiro-me a um membro da Mesa, Deputado Rogério Correia, que é sempre useiro e vezeiro de alguns descontentes dentro do Ministério Público, daquelas pessoas que também não têm honra, mas puderam estar lá, para acusar pessoas inocentes.

Não é a primeira vez que esse cidadão - se é que assim o podemos chamar - usa de subterfúgio para protocolar no Ministério Público listas com nomes - e valores- de pessoas que receberam recursos de alguns lugares. Fez isso na tentativa de denegrir a imagem e criar constrangimentos ao PSDB, ao ex-Governador Eduardo Azeredo e a vários parlamentares desta Casa, com uma lista do "valerioduto". Agora protocola, novamente no Ministério Público, lista com vários nomes de parlamentares que teriam recebido recurso daquela empresa.

Sr. Presidente, sou parlamentar há quase 24 anos e digo a V. Exa., com muito orgulho, que nunca ninguém teve nada para falar da minha honra. Esse senhor que faz parte da Mesa, deveria fazer parte do lixo do lado de fora porque não tem honra de estar nesta Casa, pois está metido em encrencas. Lembrando um passado recente, esse senhor foi vítima de um pseudo-assalto em uma travessia de linha de ônibus no Bairro São Geraldo. Mas não era assalto; na realidade, era um acerto de contas de alguém que tinha vendido pó a um assessor dele, não sei se para ele, e não pagou. Na época, ele era Vereador e plantaram fogo no seu carro. Aliás, há vídeo mostrando o Sr. Rogério Correia, dentro desta Casa, cheirando pó com seu assessor no gabinete. É ele, agora, vem acusar pessoas honradas e tentar denegrir a imagem do governo deste Estado.

Gostaria que esta Casa se manifestasse porque tem utilizado de muita covardia nos últimos tempos, e esse senhor já abusa há muito tempo. Já abusou até mesmo de chantagem para empregar a sua esposa como gerente das comissões desta Casa. Gostaria que esta Assembléia se manifestasse porque agora esse cidadão compromete a imagem de vários parlamentares da Casa quando não tem honra para fazer isso. Está envolvido diretamente com o crime, porque quem cheira pó beneficia o tráfico e a criminalidade no nosso Estado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Nobre Deputado Irani Barbosa, V. Exa. deve entender que, nesta Casa, há um Conselho de Ética.

O Deputado Irani Barbosa\* - Por isso estou apelando a V. Exa.

O Sr. Presidente - O que V. Exa. está pronunciando dessa tribuna é muito grave. Se houver Deputado cheirador de cocaína nesta Casa, V. Exa. terá que provar.

O Deputado Irani Barbosa\* - Inclusive com vídeo e testemunhas desta Casa. Acho que temos que buscar a fundo, porque esse homem acusa pessoas desta Casa que nunca participaram da bandalheira de receberem dinheiro. Exijo da Mesa desta Casa que se apure agora e definitivamente quais os Deputados que receberam dinheiro do "valerioduto", porque eu não faço parte dessa corja do PT, de bandidos que receberam dinheiro. Embora eu não estivesse nessa segunda lista, mas estive na primeira que esse senhor cheirador de pó entregou ao Ministério Público, e esta Casa se omitiu e não tomou as providências necessárias. Quero solicitar isso a V. Exa., porque não sou eu o único envolvido.

Vários parlamentares desta Casa, que nunca tiveram o nome envolvido em absolutamente nada de errado, vêem-se sob chantagem desse cidadão que faz parte da Mesa desta Casa, quando não deveria jamais ocupar essa cadeira; deveria estar numa cela, lugar de bandido. Obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, povo mineiro, quero usar o tempo que me é facultado para abordar dois assuntos relevantes e importantes, principalmente para a região que represento nesta Assembléia, o Norte de Minas, os quais nos têm causado sérios problemas.

Primeiramente, abordarei a seca que assola toda a região norte-mineira. Há mais ou menos duas ou três semanas, em caravana, com mais de 27 Prefeitos, estivemos em Brasília, numa audiência com o Ministro Ciro Gomes, a quem pudemos mostrar as dificuldades por que passamos.

Estava presente também o Cel. Lucas, representando a Coordenadoria de Defesa Civil de Minas Gerais. Ali, mostramos ao Ministro Ciro Gomes a situação de penúria, de extrema dificuldade por que passa toda a região norte-mineira.

Encaminhamos um relatório da Emater em que se constata que atualmente o Norte de Minas perde praticamente 100% da agricultura. A região possui cerca de 600 postos artesianos, que, no passado, foram perfurados pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca - Dnoc - e pela Codevasf. Esses poços estão fechados, lacrados, esperando recursos dos governos federal e estadual para serem equipados.

Mostramos também ao Ministro Ciro Gomes que um dos órgãos, o Dnoc, que deveria usar, independentemente, sem se comprometer



politicamente, seus recursos para equipar esses poços artesianos, infelizmente está à disposição dos interesses políticos de alguns candidatos. Tudo o que se faz na região é fundamentado na barganha política - trazer os tubos, os canos, os equipamentos e as caixas d'água em troca de votos.

O Ministro Ciro Gomes tem conhecimento desse absurdo, desse desrespeito às pessoas que estão morrendo de sede, à agricultura comprometida, o que deixa a região naquela situação.

Chegou ao cúmulo do Superintendente do Dnoc chegar a determinada cidade - temos provas suficientes disso e já as encaminhamos ao Ministro Ciro Gomes - com carretas e tubos, convocando pessoas simpáticas à candidatura desse cidadão. Ali foi feita a barganha política ao se entregar, em troca de votos, uma carreta de tubos a uma liderança.

É essa situação e essa política que não queremos em nossa região. O que estou dizendo foi reforçado pelos Presidentes de associações de Municípios, naquele momento, ao Ministro Ciro Gomes. E estamos observando a seca assolando a região, matando o rebanho bovino e a esperança do nosso povo. E ainda há pessoas nomeadas para resolver o problema da região que se investem de um poder e fazem a barganha, vergonhosa e criminoso, ao trocar votos por caixas d'água, bombas submersas e tubos.

Deixo o nosso posicionamento. Não poderia deixar de relatar o que está acontecendo e não poderia me acovardar no momento de fazer esta denúncia. E a faço para mostrar que, infelizmente, ainda existem políticos dessa categoria, que pensam apenas no momento político, desconhecem todo o sofrimento de uma região e fazem troca do que não é deles, fazem barganhas eleitoreiras. Infelizmente, essas pessoas são verdadeiros semideuses em suas concepções, que querem ocupar espaço nesta Casa e na Câmara Federal em troca da miséria e da desgraça do povo norte-mineiro, que passa sede e sofre a seca.

Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Prefeito Valmir Morais, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, que também teve coragem de fazer esta denúncia. E, muito mais importante do que denunciar esse fato lamentável, baixo e rasteiro, ele reforçou o pedido de soluções dos norte-mineiros, para combater a seca existente todo ano. Mas, infelizmente, a ajuda que temos é dessa categoria. Quero cumprimentar o Prefeito Valmir e todos os Prefeitos e Vereadores presentes. Esperamos que o Ministro possa nos socorrer.

Há mais de 600 poços artesianos perfurados que não estão equipados, e precisamos dos canos que, usados na compra de votos por esse mau elemento, matam a esperança do povo norte-mineiro. Que esses canos venham de maneira idônea, com programações bem-feitas e que atendam toda a região, pois esse é um recurso destinado ao atendimento do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Gostaria de abordar mais dois assuntos e quero pedir a presença do Deputado Doutor Viana. Quanto à recuperação das nossas BRs, ou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está muito mal assessorado, pois não está informado da situação precária dessas BRs, ou está acobertando a ineficiência de alguns assessores. Não é possível continuar da forma como está.

A BR-135 é uma verdadeira vergonha nacional, vergonha mineira federal. Essa estrada tem sido palco de inúmeros pronunciamentos. O Deputado Doutor Viana é um dos defensores da sua recuperação, bem como outros Deputados. A BR-135 pode ser chamada de BR da morte, da desilusão, do atraso do Norte de Minas, porque há determinados trechos absolutamente intransitáveis. Para completar a desgraça - diz-se que desgraça pouca é bobagem -, por causa das chuvas, caiu uma ponte entre o "trevão" e o Município de Curvelo, há cerca de três meses. O governo não teve a capacidade de recuperá-la. Foi preciso um particular fazer outra ponte e cobrar pedágio de R\$10,00 dos milhares de carros que passavam por dia nessa BR. Depois veio o Ministério Público, que não teve a competência de acionar o governo federal, mas acionou o cidadão, que agiu errado em cobrar pedágio. Esse cidadão levou milhões da população mineira que trafega por essa estrada. O Ministério Público fechou a ponte, mas outro indivíduo fez uma ponte do lado esquerdo, o que foi um desrespeito ao governo federal, ao povo mineiro. Mostrou-se que, quando se quer fazer, faz-se. Dois cidadãos fizeram, e o governo não faz. E somos obrigados a pagar pedágio devido à ineficiência do governo. Além disso, o trecho compreendido entre Bocaiúva e Buenópolis está praticamente intransitável.

Neste momento, queremos chamar a atenção, pois o governo federal tem de demonstrar o mínimo possível de competência para recuperar a BR-135 e fazer o mesmo em relação à BR-251, à BR-365 e às estradas do Sul de Minas. Fechamos a BR-369, de Alfenas, mostrando que a situação é a mesma. Enfim, afirmo que 75% das estradas mineiras estão em estado lastimável. Pior que o estado dessas estradas é o estado lastimável do governo, que "faz ouvidosde mercador" e desencadeou uma operação tapa-buracos sem licitação. Todos os dias, a imprensa denuncia que esse trabalho, realizado de afogadilho há um mês e meio, precisa ser feito novamente. É o nosso dinheiro indo para o ralo, sem programação eficiente. E é mentira dizer que não há dinheiro, porque a Cide tem em caixa R\$38.000.000.000,00, recursos do povo brasileiro pagos pelo imposto do combustível. Esse dinheiro deveria ser utilizado para a manutenção das nossas estradas, o que, infelizmente, não ocorre.

Por último, queria hipotecar a minha solidariedade ao povo de Varzelândia, no Norte de Minas, pelo movimento que surgiu em sua Câmara Municipal, para que o nosso Governador autorize a licitação do asfaltamento da estrada que liga São João da Ponte a Varzelândia. Devemos engrossar esse movimento. Tenho a certeza de que, neste momento, por meio da TV Assembléia, muitas pessoas de Varzelândia estão nos assistindo. Quero dizer-lhes que tomamos a providência de procurar, ontem, o Secretário de Obras Públicas, Deputado Agostinho Patrús, e fizemos chegar a ele o desejo do povo de Varzelândia de ver ser dado o pontapé da licitação desse tão sonhado asfalto.

O Secretário garantiu-nos que, nos próximos dias, a licitação será feita e que, ainda este ano, a estrada será iniciada e terminada. É uma ação do governo do Estado. O Governador Aécio Neves tem dito isso, e acreditamos nele, pois somos testemunhas de que não inicia nenhuma obra, sem que disponha de recursos suficientes para terminá-la. Temos a certeza absoluta de que, por meio do Pró-Acesso, do movimento do povo e das lideranças de Varzelândia, o compromisso do Governador Aécio Neves será cumprido. Sendo assim, ainda este ano, poderemos inaugurar essa tão sonhada estrada.

A estrada de São João da Ponte à Varzelândia é a estrada do progresso, da inclusão econômica do Município. Essa estrada significa o resgate das promessas feitas, e dela o Norte de Minas precisa, para tornar-se uma região próspera. Não podemos dispor de uma região próspera, se não houver estradas nem programas sérios de combate à seca. Não é possível que continue havendo essa pouca vergonha lá, quando se troca um cano, uma bomba submersa ou equipamentos dos poços artesianos por votos. É isso o que, infelizmente, tem ocorrido no Norte de Minas. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputados presentes. Em primeiro lugar, cumprimento o povo mineiro. Entendo que a ofensa não atingiu apenas o Deputado Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente desta Casa. Fez-se uma denúncia grave contra sua pessoa, sua história. Em meu entendimento, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais tem de tomar providências sérias diante do que foi dito aqui por um Deputado.

Trazemos a nossa solidariedade ao Deputado Rogério Correia. Temos nossas opiniões, mas tudo depende de uma decisão pessoal do Deputado Rogério Correia. Entendemos que a Comissão de Ética deve ser instalada imediatamente para apurar esse tipo de comportamento que, em nosso modo de pensar, já está passando dos limites. Ademais, não é a primeira vez que escutamos uma série de barbaridades,

pronunciamentos que ferem eticamente esta Casa Legislativa, especialmente o Bloco PT-PCdoB, sem que sejam tomadas providências.

O companheiro Rogério Correia é um dos melhores Deputados desta Assembléia, haja vista sua trajetória histórica na defesa dos trabalhadores, dos servidores da educação e dos trabalhadores rurais sem terras. Pela sua história de luta em prol da defesa social, o companheiro faz jus ao direito de representar o povo de Minas Gerais.

Sr. Presidente, em nome do nosso Bloco e, tenho certeza, da maioria dos Deputados desta Casa, peço à Mesa, por V. Exa. presidida, que tome as providências de forma a fazer justiça ao companheiro Rogério Correia.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - O Deputado Laudelino Augusto sempre fala que a política é a arte de reunir esforços em defesa do bem comum. Isso é verdade. Temos de esquecer as diferenças, as picuinhas pessoais, individuais, e preocupar-nos com tantas pessoas deste Estado que passam por dificuldades. É preciso cuidar da inclusão social.

Quero dar um testemunho. Durante os três anos de atuação como Deputado Estadual, tenho percebido que o Deputado Rogério Correia é um dos parlamentares mais atuantes desta Casa e está entre os que mais se preocupam com a população de Minas Gerais.

Faz uma oposição de forma firme e coerente e sempre procura ajudar nas transformações de que o Estado tanto precisa. Diante de atitudes como essa, devem ser tomadas providências. Lamentamos e ficamos muito entristecidos em ver o nível do debate decair a ponto de haver baixarias.

Quem está assistindo à TV Assembléia não quer ver isso de maneira nenhuma. Hipoteco, mais uma vez, o meu testemunho sobre o fato de o Deputado Rogério Correia ter sempre estado presente nas comissões, nas audiências, ter sido Líder do Bloco do PT-PCdoB e ser exemplo de conduta. Deixo o repúdio às acusações feitas de forma leviana na Casa.

A Deputada Jô Moraes (em aparte)\* - Obrigada, Deputada. Sem dúvida nenhuma, não nos podemos calar diante da acusação feita a um companheiro que tem longa história de lutas. Sou do PCdoB, e o Deputado Rogério Correia, do PT; mas, durante o longo período em que convivemos no processo político, na defesa da luta dos trabalhadores, das exigências democráticas e dos direitos mais elementares dos cidadãos e cidadãs; quando estávamos na rua ou nos processos em frente às empresas, sempre contamos com a solidariedade Deputado do Rogério Correia.

Neste exato momento, o Deputado Rogério Correia está participando do encontro dos trabalhadores rurais sem terra, motivo pelo qual não se faz presente para se defender. Concordo com o encaminhamento do Deputado que presidiu a Mesa: que se leve o caso à apuração da Comissão de Ética. Assim, o convívio nesta Casa poderá ser tranquilo, com respeito entre os pares.

Temos diferenças políticas e ideológicas, mas nos une o direito elementar a um respeito absoluto que esta instituição e cada Deputado, como representante e membro da Casa, merecem.

Por isso, mesmo não sendo do PT, solidarizo-me com o Deputado Rogério Correia, testemunha que sou da contribuição de S. Exa. para a luta dos trabalhadores e para a luta democrática desta terra. Muito obrigada.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputada Jô Moraes.

Companheiros e companheiras que nos acompanham em Minas Gerais, além dessa questão, quero abordar um importante tema, a infraestrutura do transporte e das estradas de Minas Gerais. No início do governo do Lula, o volume de contratos do DNIT era da ordem de R\$3.420.000.000,00. O valor executado no governo anterior a 2003, ou seja, de 2000 a 2002, foi R\$1.700.000.000,00, destinados à recuperação, ampliação e duplicação das estradas brasileiras.

Deve-se ressaltar que, em 2002, o percentual da Cide utilizado nos transportes era de apenas de 35%. De 2003 a 2006, no Ministério dos Transportes, no governo do Lula, o volume de contratos do DNIT até o final de 2006 somam R\$18.000.000.000,00. Então, de 2000 a 2002, o montante de R\$1.700.000.000,00 chegará, ao final de 2006, a R\$18.000.000.000,00. O valor executado é mais do que o triplo do de 2000 a 2006.

E o percentual da Cide, de 35%, utilizado nos transportes, em 2006 subiu para 90%. Divulgo esses dados para que se tenha uma noção do Brasil. Em Minas Gerais, os investimentos nas rodovias federais, de 2003 a 2005, já somam R\$3.112.000.000,00.

Em 2003, foram executados R\$451.000.000,00, incluindo-se todo tipo de obra, como sinalização e recuperação; em 2004, R\$1.973.000.000,00; em 2005, R\$687.000.000,00. Somente em Minas Gerais foram executados R\$3.000.000.000,00, até 2005. Em restauração, houve investimento na BR-040, na BR-116, na BR-153, na BR-251, na BR-262 e na BR-365; em adequação e duplicação, na BR-050 e na BR-381, nos trechos Belo Horizonte-Governador Valadares e Belo Horizonte-São Paulo. Citei esses dados apenas para exemplificar os recursos que estão sendo aplicados no Estado.

Não afirmamos que tudo o que está sendo feito é bastante para recuperar as estradas abandonadas ao longo de muitos anos, mas comprova a prioridade dada à infra-estrutura, não somente das rodovias, como também das ferrovias e, até mesmo, das hidrovias, para tornar os nossos rios mais navegáveis.

O Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, referente à recuperação de pavimentos, à sinalização horizontal, à recomposição de pequenos segmentos contínuos, à fresagem, à restauração de pavimentos, à recuperação de obras de artes, à restauração de sinalização horizontal e aos tapa-buracos também faz parte de investimentos que somam aproximadamente R\$1.000.000.000,00. Desses valores, grande parte dos contratos, que correspondem a R\$190.000.000,00, apenas 59 foram feitos sem licitação.

Essa tarefa foi discutida no Ministério dos Transportes e no governo do Lula porque é um programa emergencial. O próprio Ministério, diferentemente do que a mídia divulgou, solicitou, formalmente, o acompanhamento do Tribunal de Contas da União - TCU - e principalmente da Controladoria-Geral da União - CGU. Foi solicitada transparência para acompanhar, em todos os Estados brasileiros e em Minas Gerais, com bastante detalhe, a fiscalização das regiões e das obras feitas sem licitação. Mesmo em caso de emergência, todos os órgãos de fiscalização deveriam cumprir o seu papel, ou seja, acompanhar, de perto, a realização de obras emergenciais.

Abordarei mais um dado para avaliarmos os recursos de Minas Gerais destinados ao transporte e principalmente ao Pró-Acesso. Em 2004, o repasse da Cide-Minas foi de R\$119.000.000,00, e o Estado ficou com R\$89.000.000,00 e os Municípios, com R\$29.800.000,00. Em 2005, o repasse foi de R\$194.000.000,00, e o Estado ficou com R\$145.000.000,00 e os Municípios, com R\$48.000.000,00. Esse valor é a mesma

quantia a ser implementada e executada, do repasse da Cide, em 2006, no Estado e nos Municípios de Minas Gerais.

No Norte de Minas, o Presidente Lula afirmou que faria o entendimento com o Governador de Minas, mesmo que a BR-135 tenha sido estadualizada. Ele afirmou que faria todo o esforço para que aquela região também recebesse os benefícios do governo federal.

Mostraremos um dado que julgamos importante entre todos os programas de infra-estrutura em Minas Gerais, que é o Pró-Acesso. Temos todas as informações, mas o tempo não nos permite apresentá-las na íntegra. Para os senhores terem uma idéia, em 2004, dos recursos do Pró-Acesso referentes a convênios, acordos e ajustes da ordem de R\$73.000.000,00, cerca de R\$43.000.000,00 do governo federal e R\$24.000.000,00 da Cide chegaram em Minas Gerais. Sendo assim, grande parte dos recursos do Pró-Acesso veio de convênios do governo federal e da Cide. Da mesma forma, os recursos de 2005 aumentaram a participação do governo do Estado significativamente em 22%, mas existem ainda 33% de recursos da Cide utilizados no Pró-Acesso. Além disso, em 2006 haverá investimentos do Bird aqui, no Estado de Minas Gerais. É preciso que esses dados fiquem bem claros para a população mineira. Nunca se investiu tanto em infra-estrutura. Ainda não é o necessário, mas, em relação ao governo anterior, que apenas investiu R\$1.700.000.000,00 no Brasil, o governo Lula chega em 2006 com investimentos de R\$18.000.000.000,00, demonstrando compromisso não somente com as políticas sociais importantes para o povo brasileiro, mas também com obras em infra-estrutura e projetos nas áreas de saúde e educação. Estamos chegando a mais de 9 milhões no programa Bolsa-Família. Nesta segunda-feira, o Ministro Patrus esteve aqui conosco, mais uma vez, para falar do acertado e vitorioso programa de transferência de renda às famílias pobres, que chega a todos os Municípios de Minas Gerais. O Presidente Lula tem o reconhecimento do Brasil devido a esse importante programa que atende a mais de 1 milhão de famílias aqui, totalizando quase 2 milhões por ano.

Sr. Presidente, apresento esses dados para dizer que é importante fazermos um debate político, mas com informações acertadas, para que seja de alto nível.

Termo meu pronunciamento manifestando minha solidariedade ao Deputado Rogério Correia, porque solidariedade se faz principalmente em torno de uma causa comum, de ideais e soma em defesa do povo de Minas Gerais. E ele sempre tem feito por ser um dos melhores Deputados desta Assembléia Legislativa, e que faz parte da Mesa Diretora. Boa tarde!

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham aqui nesta Casa e pela TV Assembléia, representantes da imprensa, antes de abordar o tema que aqui me traz, não posso deixar de fazer um registro no momento em que se fala de solidariedade a "A", "B", "C", ou "D". Especialmente nós, mineiros, que temos uma história em defesa das liberdades, e esta Casa não nos podemos calar diante da situação a que os brasileiros assistem de maneira vergonhosa. Todos ficamos envergonhados quando instituições máximas deste país passam a ter determinados comportamentos deploráveis, instigados por aqueles que não sabem respeitar a democracia. Curiosamente vimos pessoas, que até então sempre julgamos valorosas, tendo um comportamento como se tivessem sofrido lavagem cerebral, calando-se, concordando e ironizando. Indagamos: é admissível que alguém, um caseiro, um homem simples, ao ser convocado pelo Congresso para contribuir com as investigações que se fazem necessárias, dado o mar de lama que se transformou o governo federal, por ação do PT, seja impedido de falar?

Depois é pior, têm a covardia de expor a vida pessoal e familiar dele, vazando o sigilo bancário para tentar desqualificar o seu depoimento. O duro é que ainda insistem em negar que haja qualquer irregularidade nisso. Então, Deputado Miguel Martini, vão ao Plenário da Casa para dizer: "Não. Precisamos quebrar o sigilo bancário desse cidadão agora e de maneira formal". Aí o cidadão diz: "O meu sigilo bancário está espontaneamente aberto para todos". Esse mesmo partido que, por alguns momentos, não somente apóia, mas também venera o Presidente faz questão de dizer: "Olha, ele é operário e trabalhador". Aí, Deputado Padre João, um outro trabalhador, um outro operário é crucificado.

Observo que ocorre uma lavagem cerebral nas pessoas, que, aliás, são sérias. Deputado Padre João, sou católico e, por muito tempo, questionei-me. Deputado Miguel Martini, nós, que participamos dos movimentos de jovens, depois dos concílios na Igreja Católica, como o Deputado Padre João eu ficava a me questionar: "Será que a postura da Igreja está sendo adequada e isenta, permitindo a partidarização em alguns momentos, por parte de algumas pessoas, quase como uma idolatria?". Para a nossa alegria, a CNBB já começou a acordar.

Agora é preciso que todos nós acordemos para esse tipo de comportamento, em que alguns passam por uma espécie de lavagem cerebral. Não desejam enxergar que querem jogar toda a podridão para debaixo do tapete. Uma Casa que servia para negociações escusas é agora tratada assim: "Aquilo lá é um bordel. Não podemos deixar que exponham a vida do Ministro, porque aquilo é só um bordel". Realmente é um bordel, mas mantido com o dinheiro do povo brasileiro. Isso é vergonhoso e repugnante; é isso que virou o governo federal. Ao mesmo tempo em que idolatram o operário - e nós sempre respeitamos a figura do operário e a figura do Presidente -, o caseiro pode ter o seu sigilo devassado, pode ser humilhado, mostrando a sua história pessoal, a sua condição de filho ilegítimo, algo da intimidade de um ser humano. E ainda não recuam nem têm o bom-senso de dizer: "Desculpem-nos, pois nós nos precipitamos. Vamos ouvir o moço". Não. Esse trabalhador é diferente, é proscrito, pois deseja mostrar o que sabe.

Portanto, isso precisa ser dito de maneira clara. É inaceitável esse tipo de comportamento de um governo que se diz dos trabalhadores e que defende a ética e a moral, ao mesmo tempo que proclama a recuperação das estradas e os milhões de investimentos no DNIT. O Brasil inteiro sabe, isso é outra coisa que nos assusta. Dizer que é o governo que mais investe em estradas? Um governo que passou quase todo o mandato deixando as rodovias federais se transformarem numa calamidade? Deputada Elisa Costa, quantas vidas foram perdidas? Quantas pessoas morreram quando desviavam de um buraco? Pessoas estão sendo assaltadas, porque o ônibus precisa parar, literalmente. Depois de não fazer qualquer investimento durante muitos meses, anos, dá aquele desespero e criam-se os tapa-buracos, sem licitação, abrindo margem para mais corrupção e roubalheira. O pior é que isso é jogar dinheiro fora.

Ainda ontem, eu passava pela Rodovia 494, entre Divinópolis e Oliveira, e os buracos que foram tapados, há algumas semanas, já se tornaram novamente crateras.

Colocaram uma placa do DNIT tão improvisada que, onde deveria estar o valor e outros detalhes da obra, criminosamente não havia nada; a placa estava toda em branco.

Por outro lado, temos um governo de Estado sério e, nos últimos segundos que me restam, Presidente, gostaria de falar da minha alegria. Se, por um lado, ficamos angustiados com esse cenário federal, com essa podridão em Minas Gerais, por outro temos motivos de alegria. Temos um governo sério, austero, ético, que trabalha e entrega resultados concretos. Na sexta-feira, o Governador estará inaugurando uma obra iniciada pelo PSDB, na época do Governador Eduardo Azeredo, ligando Santo Antônio do Monte a Bom Despacho. Eu mesmo entreguei ao Governador um abaixo-assinado com mais de 3 mil assinaturas do povo de Bom Despacho, liderado pelo Vital, pela Associação Comercial. Fui junto ao ex-Governador Eduardo Azeredo falar sobre o apelo do povo de Santo Antônio do Monte ao Prefeito Gilmar Filho, e o Governador, sensível a essa reivindicação, tomou a iniciativa de concluir a obra. Poderia inaugurar três obras no mesmo dia, porque fez também a ligação a Leandro Ferreira, terra do nosso querido Pe. Libério, e a ligação de Perdigoão a Nova Serrana, numa parceria envolvendo o Prefeito Joel e o Prefeito Gilmar.

Obras importantes estão sendo entregues de uma maneira séria e ética, fazendo o contraste entre um governo que tem mostrado resultados,

com seriedade e competência, e o outro governo que está envolvido em um mar de lama, mas que quer demonstrar que está tudo bem. O Presidente da República já não pára mais em Brasília, já não tem mais compromissos de trabalho, só compromissos de campanha. Todo santo dia, o Presidente tem compromissos de campanha de manhã, de tarde e de noite, como se tudo estivesse às mil maravilhas no Brasil. É preciso que isso fique bem claro, porque já enganaram o povo brasileiro uma vez e estão se preparando para enganar de novo. Com certeza não ficaremos calados, assistindo a esse desfile de mentiras, a essa demagogia e, o que é pior, a esse autoritarismo e desrespeito.

Curiosamente, às vezes nos olham tentando ironizar, e aí volto a lembrar. Será lavagem cerebral? Pessoas tão sérias e íntegras acham normal o vazamento do sigilo bancário de um operário. Pessoas tão sérias e íntegras acham normal uma casa de prostituição com lobistas, freqüentada pelo Ministro da Fazenda. Acham normal porque querem nos ironizar e dizer que a Oposição está radicalizando contra o Presidente Lula. Mas a verdade é que o povo brasileiro está acordando a tempo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/3/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Márcio Passos

exonerando Luciana Gomes Leite Passos do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando De Marie Dornelas para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Paulo Piau

nomeando Edson Flávio Campos Francisquini para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Cecília Cardoso Cangussú Souto do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando Fabiano Julio de Souza do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando Jesus José Borges Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Nágida Joelma Azevedo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Cecília Cardoso Cangussú Souto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Jesus José Borges Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Nágida Joelma Azevedo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Paulo Antônio da Costa para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98 e Decisão da Mesa de 18/10/2005, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Marcelino Marra Batista para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Torquato Carvalho Viglione para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 7/4/2006, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de 323 cartuchos de tonalizador preto para impressora Lexmark.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min as 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste

último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 28 de março de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Espinosa. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### ERRATA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 25/3/2006, na pág. 54, col. 1, sob o título "Gabinete da Deputada Cecília Ferramenta", onde se lê:

"Rosa Cristina da Costa", leia-se:

"Rosa Cristina Custódia de Araújo".